

PRAGMÁTICA, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

META

Apresentar um panorama gradual da Pragmática como campo disciplinar dos estudos da linguagem, a partir da observação de seus conceitos, objetivos, domínios, fronteiras e contribuições teórico-aplicadas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

delinear um quadro dos principais referenciais e marcos teóricos da Pragmática contemporânea;
conceituar e situar esse campo disciplinar no rol de estudos da linguagem;
reconhecer a importância de metodologias de caráter pragmático aplicadas ao ensino de línguas.

PRÉ-REQUISITOS

Antes de iniciar a leitura, visite a Pg. 102 e já comece a se inteirar um pouco do universo de discussão que terá desta aula em diante.

INTRODUÇÃO

Oi, tudo bem?

Depois de 5 longas aulas com o foco voltado para o estatuto dos estudos semânticos, chegou a hora de tratarmos um pouco sobre o campo disciplinar da Pragmática. Boa notícia, não é mesmo? Como dissemos na nossa primeira aula, a Pragmática, assim como a Semântica, também lida com a questão do significado, mas o faz a partir da consideração de um relacionamento entre uma dada expressão e o contexto extralinguístico em que é empregada.

A propósito de falarmos em contexto, destacamos ser um conceito, ao lado de outros como o de ato e desempenho, de bastante relevância para as pesquisas de natureza pragmática. Você já pensou que, para responder a algum dos questionamentos feitos na seção “Pensemos bem...”, precisamos lançar mão, entre outros, desses três conjuntamente? Pois é, meu caro, a Pragmática se costuma caracterizada como a disciplina do ‘uso linguístico’. Como são muitos esses usos e cada um deles se manifesta de modo distinto, afinal, ao mesmo tempo em que dizemos tudo com todas as letras, também omitimos informação, deixamos subentendidos, dizemos uma coisa querendo falar em outra, agredimos, elogiamos, prometemos... Ufa!

Daqui em diante, nossa preocupação se volta para questões dessa natureza. Para esse primeiro momento, porém, faremos apenas um panorama geral com alguns marcos inerentes à inserção dessa disciplina no rol dos estudos da linguagem, a partir da consideração de seus principais conceitos, autores, problemáticas, impactos teóricos e contribuições para o ensino de língua. Iniciemos...

PRAGMÁTICA: DOMÍNIOS E FRONTEIRAS

Como de praxe, para apresentação de um campo disciplinar, validaremos um pouco de sua história, registrando alguns marcos importantes e destacando, igualmente, o nome daqueles autores que respaldaram (e respaldam) o universo de suas pesquisas. Evidentemente, não faríamos de modo diferente aqui.

Pois bem, questionar o domínio da ‘Pragmática’ desencadeia uma reflexão em torno de suas bases históricas. Parece igualmente verdade que resgatar a constituição dessa área de investigação linguística traz à tona a heterogeneidade (nenhuma novidade, né? Tivemos 4 aulas só para falar de correntes semânticas – rs) de seu campo de atuação, com as respectivas correntes teórico-metodológicas a ela ligadas. Em outras palavras, definir com precisão todas as questões rotuladas de “pragmáticas” é uma tarefa difícil e, quiçá, impossível. Para Dascal (1982, p.8), “a pragmática, apesar de

ser hoje séria e intensamente investigada, ainda parece mais um amontoado heterogêneo de dados, problemas e pontos de vista do que um domínio teórico bem definido.”

Logo, uma pergunta se mostra bastante fértil ao esclarecimento da natureza desse assunto: em que consiste a dimensão do viés ‘pragmático’ da linguagem desde os primórdios de sua utilização e qual a sua importância no rol dos estudos linguísticos hoje desenvolvidos?

Segundo Maingueneau (1996), as reflexões de natureza pragmática são bem antigas, deitando raízes na Grécia Antiga. Isso porque a Retórica, então concebida como o estudo da força persuasiva, já tratava de questões hoje abarcadas pelo campo de atuação pragmática, de modo que podemos atestar “a história da reflexão europeia sobre a linguagem como a consequência da dissociação fundadora entre o lógico e o retórico”. (MAINGUENEAU, 1996, p.1). O autor também registra o fato de que na Lógica de Port-Royal insinuam-se, concomitantemente ao desenvolvimento de investigações nitidamente lógicas, abordagens pragmáticas.

Lemos em Maingueneau (1996), ainda, que, no percurso de sua longa história, a própria gramática tratou de alguns dos fenômenos recentemente abordados pela Pragmática, a exemplo do estudo do modo, do tempo, da determinação nominal, do discurso relatado, das interjeições e de tantos outros que tomam como suporte a consideração da atividade enunciativa. Por outro lado, o estudioso é enfático ao dizer que a tradição morfossintática gramatical negligenciava o caráter pragmático desses fenômenos, subjugando-o a uma posição periférica.

Dascal (1982) afirma que a ideia de uma disciplina com o nome de ‘Pragmática’ relaciona-se a uma outra disciplina como o nome de ‘Semiótica’ ou ‘Semiologia’, cujas bases têm dupla origem: os escritos de Charles Sanders Peirce e os de Ferdinand de Saussure. Para o primeiro, a Pragmática representa um nível a mais de análise (na trilogia sintaxe/semântica e pragmática) e, para o segundo, uma teoria geral dos signos.

Sem esticar muito o papo, digamos que, segundo Dascal, a inserção de um componente pragmático nos estudos linguísticos remonta “... a essa dupla origem da semiótica e à influência desigual que exerceram as concepções de seus fundadores sobre o desenvolvimento da linguística contemporânea...” (DASCAL, 1982, p.8).

Conforme o pensamento de Peirce (1978), a Semiótica representa o estudo das propriedades inerentes aos tipos específicos de semiosis, ou seja, o processo por meio do qual algo funciona como sinal para alguém. Para esse filósofo, há três coisas envolvidas em qualquer semiosis – o sinal, o elemento designado e a pessoa a quem ele se destina como sinal – e, por isso, a relação semiótica é, basicamente, uma relação triádica. Daí a sugestão – no artigo intitulado *How to make our ideas clear*, de 1978 – de subdividir seu estudo em três subdisciplinas: a sintaxe, a semântica e a pragmática.

Sabemos, porém, que embora tenha sido usado inicialmente por Peirce (1978), devemos a Charles Morris (1938) a divulgação do termo ‘pragmática’, à medida que tornou explícita a ideia peirciana de que o estudo da semiótica deveria centrar-se em três níveis de análise: i) o sintático, pautado nas relações entre os signos; ii) o semântico, definido a partir do estudo da relação entre os signos e seus referentes; iii) e o pragmático, cuja abordagem trata da relação entre signo e seu usuário.

Parret (1988) afirma que as principais fontes de inspiração de Morris, naquela época, foram a filosofia do empirismo lógico (inclusive, a behaviorista) e o pragmatismo americano (assunto sobre o qual falaremos daqui a pouco).

Para o autor, podemos falar em dois sentidos distintos de ‘pragmática’ em Morris: i) no primeiro caso, como sendo um componente da semiose; ii) numa segunda ótica, como parte integrante de uma teoria global do signo e do sentido. Como nos lembra Pinto (2001), ao travar contato com o círculo de filósofos de Viena, notadamente com Rudolf Carnap — para quem a investigação da linguagem deveria centrar-se em três pontos cruciais: signo, significado e interpretante do signo — e com os trabalhos desenvolvidos por Peirce, Morris se entusiasma com os raciocínios comuns a esses estudiosos, lança as bases de sua pesquisa linguística e, gradativamente, postula a correlação daquilo que ele chamou de pragmático com os níveis sintático e semântico.

O autor salienta, ainda, que o esforço de Morris em precisar o termo “pragmática” não foi suficientemente capaz de separar as fronteiras entre este e o nível semântico, tampouco de evitar que essa polêmica se firmasse ao longo dos anos. O resultado é o vazio de algumas definições e, além disso, uma variedade de aplicações, em função de diferentes campos do conhecimento científico (a exemplo da filosofia da linguagem, da lógica, da psicologia, da linguística, da sociologia e da semiótica).

Levinson (1983), em seu *Pragmatics*, dedica todo um capítulo — intitulado ‘The scope of Pragmatics — a essa discussão. Para esse estudioso, influenciados ou não por Morris, muitos são os conceitos atribuídos ao nível pragmático de análise. Como quantidade não implica, necessariamente, precisão, essas definições têm trazido confusões constantes entre Pragmática e Semântica, Pragmática e Sociolinguística, Pragmática e Psicolinguística, entre outras. Resolver esse problema representou, para Levinson (1983), repensar o campo de atuação da Pragmática a partir da especificação do domínio (bem como das fronteiras que as aproximam) dessas outras disciplinas.

Imbuído dessa convicção, Levinson (1983) parece consensualizar como semântico o estudo do significado e como pragmático o conjunto de abordagens que explicitam o uso da linguagem pelos seus interlocutores. Mesmo aceitando as limitações de sua formulação, o referido autor prefere conceber a Semântica como a ciência que estuda as condições formais e a Pragmática como o estudo que explora a importância do contexto na compreensão da linguagem.

Em síntese, parece-nos lúcido afirmar que, para Levinson (1983), essas disciplinas são complementares e não excludentes, de modo que podemos estudar determinados fenômenos linguísticos tanto em nível semântico como em nível pragmático. Para ele, a Pragmática poderia auxiliar a Sociolinguística, no sentido de apontar as razões que justificam o uso de algumas formas linguísticas e a Sociolinguística poderia contribuir na decifração do uso dos atos de fala e da dêixis social, por exemplo. De igual maneira, a força ilocucional e os propósitos conversacionais, naturalmente encarados sob o viés pragmático, também são de interesse da Psicolinguística.

Apesar de reconhecer o teor da polêmica decorrente de sua postura, Levinson (1983) sugere uma parceria da Pragmática com a Sintaxe, a Semântica e a Fonologia, entendendo-a como uma forma X de rever os dados e métodos linguísticos e não necessariamente como uma teoria.

No dizer de Dascal (1982, p.16), “o problema da necessidade de se incluir um componente pragmático na teoria linguística está vinculado ao problema da definição do objeto da linguística, da demarcação de suas fronteiras externas”. Daí “a posição problemática da pragmática, enclacrada entre os imperialismos expansionistas da semântica, por um lado, e da teoria do desempenho por outro”. (DASCAL, 1982, p.17).

De qualquer forma, embora admitamos uma constante discussão em torno dessa problemática e, conseqüentemente, do objeto de investigação da Pragmática, é consensual a afirmação de que ela representa o estudo do uso linguístico. Assim, busca estudar as condições que governam a prática da linguagem.

Em função dessa peculiaridade, uma análise pragmática valoriza, pelo menos, como aponta Armengaud (2006), conceitos como os de: i) ato, a par da consideração de que falar é agir sobre o outro; ii) contexto, a situação específica referente à emissão do ato de fala, ou seja, tudo que precisamos saber (lugar, tempo, identidade dos falantes...) para que entendamos sem ambigüidade, por exemplo, o que é dito; iii) desempenho, a realização do ato em contexto, atualizando a competência dos falantes, especialmente a comunicativa.

Ainda de acordo com esta autora, em sendo de aspecto inovador e polêmico, a Pragmática se propõe a questionar princípios subjacentes às pesquisas desenvolvidas pela tradição estruturalista e gerativista, tais como a prioridade: a) do uso descritivo e representativo da linguagem; b) do sistema e da estrutura sobre o uso; c) da competência sobre o desempenho; c) da língua sobre a fala.

Como sua delimitação não ocorre exatamente ente língua e fala, mas entre enunciado (o que é dito) e enunciação (o ato de dizer), Armengaud (2006) chama a atenção para o fato de a Pragmática prolongar a linguística da enunciação desenvolvida por Benveniste. Salienta, também, a importância da presença do falante no ato de fala (nesse caso, intencional), o modo

como a linguagem permite que os usuários se declarem sujeitos e o fato de os conceitos dessa área seguirem para várias direções.

Por tratar de uma multiplicidade de temas e, evidentemente, por ser fruto de discussões filosóficas distintas, muitas são as correntes da Pragmática, com seus direcionamentos específicos. Dado o reconhecimento da importância de cada uma dessas formas de Pragmática, passemos a falar um pouco nos vários tipos de Pragmática. Agora? Isso mesmo, nada de aulas específicas para cada tipo, como fizemos com as correntes semânticas. Vai ser tudo neste momento mesmo.

TIPOS DE PRAGMÁTICA

Segundo Pinto (2001), para entendermos melhor a constituição da Pragmática e seu respectivo campo de atuação, precisamos estar atentos à história dos grupos filosóficos que a influenciaram e, é com base nessa perspectiva, que a referida autora afirma serem três as correntes de investigação pragmática: o pragmatismo americano, a teoria dos atos de fala e os estudos da comunicação.

De acordo com essa linguista, influenciado pela proposta de Peirce de refletir sobre os sinais e seus respectivos significados no âmbito filosófico, William James escreveu, em 1898 (vinte anos depois que Peirce usou o termo *pragmatics*), o ensaio intitulado *Philosophical conceptions and practical results* e instaurou, a partir daí, o que ficou conhecido como Pragmatismo Americano. Suas ideias, no entanto, só causaram impacto no século XX, com o empenho de alguns filósofos em definir a filosofia, a linguagem e o conhecimento como ‘práticas sociais’.

Entre os estudiosos que se destacaram na divulgação das ideias pragmatistas de James (e, por extensão, de Peirce), costuma-se registrar Williard V. Quine. Este, além de estudar o empirismo do Círculo de Viena, desprezou o vocabulário logicista e reforçou muitas ideias peircianas, as quais foram por ele chamadas de pragmatismo radical.

Outros nomes que, ainda segundo Pinto (2001), ajudaram a propagar o Pragmatismo Americano são os de Donald Davidson e Richard Rorty. Tais estudiosos creditam suas reflexões aos estudos desenvolvidos pelos filósofos James Dewey e L. Wittgenstein. Estes autores defendiam a tese de que a análise dos fundamentos da linguagem pode ser concebida como uma prática social contemporânea e, dessa forma, puseram em evidência uma perspectiva historicista.

Resumindo, dizemos que essa corrente “oferece, então, bases filosóficas para uma análise linguística que relacione a todo momento signo e falante, antes de qualquer coisa, compondo ambos o que se chama de fenômeno linguístico” (PINTO, 2001, p. 57, grifos da autora).

A segunda corrente apontada por Pinto (2001) — a Teoria dos Atos de Fala — parece ser decorrente do momento conhecido como Filosofia Analítica ou Filosofia da Linguagem Ordinária, cujo cerne residia em um exame da linguagem como forma de solução para os questionamentos de cunho filosófico. Tendo como mentor o filósofo inglês J. Austin, notadamente a partir da publicação póstuma de *How to do things with words* (em 1962), essa teoria considera a linguagem como uma forma de ação (falaremos melhor sobre esta teoria nas aulas 7 e 8 e por isso preferimos não oferecer muitas informações aqui!).

Os Estudos da Comunicação salientados por Pinto (2001) dizem respeito às preocupações centradas nos aspectos sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura constitutivos da atividade linguística. Seguem essa linha estudos como os de Jacob e Roy Harris, por exemplo. Genericamente, podemos dizer que os trabalhos ligados a essa corrente

apostam em comunicação como trabalho social, realizado com todos os conflitos consequentes das relações na sociedade. Ou seja, os conflitos das relações entre homens e mulheres, entre professor/a e aluno/a, entre brancos/as e negros/as, ou entre judeus/judias e antisemitas, podem ser identificados linguisticamente. (PINTO, 2001, p.62, grifos da autora)

Também objetivando classificar os tipos de pragmática, Parret ressalta os “contextos que são relevantes para uma descrição e explicação pertinente do discurso e de outras sequências semióticas” (PARRET, 1988, p. 16). Para ele, há cinco tipos de contexto, a saber: o co-texto, o contexto existencial, o contexto situacional, o contexto acional e o contexto psicológico.

Ao considerar o co-texto como um contexto, Parret o associa à pragmática do texto. Nesse sentido, “ (...) o co-texto funciona aqui como um contexto de descodificação” (PARRET, 1988, p.17), à medida que serve para reconstruir “(...) a coesão e a coerência de textos como um macrosistema gramatical que habilita o intérprete, o receptor e o leitor para descobrir a significância dessas macrounidades”. (PARRET, 1998, p.16-7)

De igual maneira, Parret faz valer a importância do contexto existencial, correspondendo-o a uma pragmática lógica. Aqui, as sequências linguísticas expressam os objetos, estados de coisas ou acontecimentos do mundo real ou possível. Quer isso dizer, então, que o contexto referencial contém a unidade a que a expressão linguística se refere.

Um terceiro tipo de pragmática mencionado por Parret — dita de orientação sociológica — é subjacente ao chamado contexto situacional, ou seja, aquele que proporciona os fatores sociais que determinam (parcialmente) o significado da expressão linguística. Dessa maneira, grande é a importância atribuída aos papéis que os participantes da comunicação desempenham em função da produção/compreensão da atividade comunicativa.

Já o contexto acional a que Parret se refere é visto como condição *sine qua non* ao desencadear da Teoria dos Atos de Fala. Sob a máxima austiniana do dizer é fazer, essa concepção se origina a partir do pressuposto de que a língua é uma forma de ação, de modo a revelar as intenções específicas dos falantes durante a produção / emissão de um ato de fala. Para o referido estudioso, todavia, essa perspectiva parece completa quando observada no âmbito da interação verbal, dada a relevância da ação linguística do “outro” na produção de um discurso.

Finalmente, Parret afirma a existência de um contexto psicológico e, por analogia, de uma pragmática orientada psicologicamente. Esse tipo de pragmática concebe as intenções, crenças e desejos como estados mentais responsáveis por programas de ação ou de interação (PARRET, 1988, p.20)

A resenha desses tipos de contexto enfatizados por Parret busca, portanto, introduzir um panorama de orientações pragmáticas existentes. Conforme ele mesmo salienta, esses tipos chegam a se confundir e sua taxionomia é incompleta. De qualquer forma, para o autor, “... o termo ‘pragmática’ pode ser empregado adequadamente, porque indica uma perspectiva específica e uma atitude reconhecível com respeito à língua e a outros sistemas de signos” (PARRET, 1988, p. 21).

Imbuído do mesmo interesse de traçar os diferentes caminhos que a Pragmática tem assumido e, ao mesmo tempo, acreditando que esta é o estudo da relação do usuário com a linguagem, Guimarães (1983) afirma que há, pelo menos, três tipos de Pragmática, sendo o último subcategorizado em três direções.

Dessa forma, há uma Pragmática Indicial, subsidiária da Semântica Lógica, à medida que toma a relação linguagem-usuário como indispensável à explicação da relação linguagem-objeto. Limita-se, então, ao tratamento de atos como os de ordenar, perguntar etc., como decorrentes do ato de informar. Podem-se destacar, aqui, os estudos desenvolvidos por Bar-Hillel (1954 apud GUIMARÃES, 1983).

O segundo tipo de Pragmática é o que se verifica, por exemplo, na perspectiva de Morris, segundo a qual o usuário é o interpretante do signo, reconhecendo o seu valor de verdade por conviver com as situações em que este é utilizado.

A terceira vertente é uma linha de investigação centrada no papel do usuário como interlocutor. Subdivide-se em três ramos principais, a saber: a Pragmática Conversacional, a Pragmática Ilocucional e a Semântica da Enunciação.

Nascida a partir das observações feitas por Grice (1975), a Pragmática Conversacional, tal como dissemos acima, considera o usuário como um interlocutor, observando-se a “(...) intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte como elemento fundamental do significado”. (GUIMARÃES, 1983, p.26). Registremos, ainda, o fato de Grice também atribuir particular importância à função informativa da linguagem. Para ele, tal como na

Pragmática Indicial, atos como os de ordenar, perguntar etc., só podem ser vistos como derivados do ato de informar.

Para a Pragmática Ilocucional, a linguagem é uma forma de ação entre locutor e ouvinte. Nesse sentido, há um propósito do locutor durante a produção de um ato de fala e o reconhecimento dessa força intencional pelo ouvinte. Aqui, a função informativa não é tida como “a” função da linguagem, mas apenas “uma” entre as demais. Sob essa ótica, atos como os de informar, perguntar, ordenar, prometer e outros podem realizar ações.

A Semântica da Enunciação, por sua vez, reúne essas duas abordagens anteriores. Os usuários são encarados como interlocutores e a linguagem também é vista como uma forma de ação. O diferencial consiste no acréscimo do entendimento de que a significação é tida como eminentemente dialógica.

Esse esboço de Guimarães traz à tona, dentre outras coisas, o fato de que

as diversas Pragmáticas incluem tanto uma Pragmática que se fixou no aspecto indicial do signo peirciano, combinado com um compromisso com a Semântica Lógica, quanto Pragmáticas que foram tornando cada vez mais central a figura dos usuários da linguagem, que se configuram, então, plenamente, como interlocutores. (GUIMARÃES, 1983, p. 24)

No limite das propostas de classificação (e/ou formas de categorização das ‘pragmáticas’ existentes) dos estudiosos acima referidos, reafirmamos o óbvio: a pragmática é uma área heterogênea; por isso mesmo, comporta estudos linguísticos com os mais diversos objetivos e, por extensão, uma variedade de ‘diretrizes pragmáticas’, que são definidas à luz de diferentes perspectivas teóricas.

Valendo-nos da ideia de que a linguagem efetiva múltiplas formas de ação e considerando essa é uma máxima de grande importância para os estudos pragmáticos, voltaremos a falar mais adiante, mais precisamente na aula 8, sobre a abrangência teórica da Pragmática Ilocucional (GUIMARÃES, 1983), que trata da Teoria dos Atos de Fala - TAF.

Mas você poderia nos perguntar “por que isso?”, então, vamos nos adiantar: porque, apesar de as abordagens feitas por Pinto (2001) e Parret (1988) também validarem esse espelho da face acional da linguagem que é a TAF, o tratamento dispensado por Guimarães (1983), para nós, parece mais aglutinado, mais conforme à complexidade de um ato de fala, já que caracteriza, de uma forma mais clara, a função informativa da linguagem apenas como uma a mais no circuito da comunicação. Além disso, o autor valida em sua classificação o legado mais representativo da TAF, que é, exatamente, a noção de força ilocucionária, pois as ações de ordenar, pedir, prometer e outras apontadas emergem de suas forças ilocucionárias.

Pinto (2001) e Parret (1988), no entanto, limitam-se muito mais a resenhar a história das ideias pragmáticas do que propriamente a caracterizar o cerne das concepções existentes, como tão bem o faz Guimarães (1983). Se Pinto (2001) se limita a historiar, Parret (1988) se estende demais e, para dar conta do universo complexo que é a linguagem, salienta tipos de contexto no sentido de justificar a pluralidade dos campos pragmáticos.

Você não acha que já devemos falar de outra coisa? Hum, nós também. Seguem, agora, de forma sucinta, considerações acerca das contribuições da Pragmática no rol dos estudos da linguagem.

PRAGMÁTICA: IMPACTO E CONTRIBUIÇÕES

Independentemente da existência dessas tentativas de enquadramento da Pragmática e da escolha por abordarmos mais adiante com mais vagar uma de suas faces, cumpre registrarmos, igualmente, o impacto geral e algumas das contribuições desse ramo de investigação no rol dos estudos linguísticos.

Como sabemos, a partir da célebre dicotomia *langue/parole* proposta por Saussure (1999), a atenção dos estudiosos voltou-se ao exame da primeira, sendo a *parole* (fala) excluída dos trabalhos caracterizados como linguísticos. O advento da Linguística Pragmática, porém, suscitou uma ampliação do conceito de linguagem, trazendo à tona a discussão a respeito do sujeito/locutor — falante-ouvinte, autor-leitor — que havia sido relegada a uma condição periférica.

Embora a definição de competência — capacidade inata que o falante/ouvinte tem de entender um número infinito de frases — de Chomsky (1975) já remeta à presença do sujeito, o considera como um falante ideal, inserido em uma comunidade linguística homogênea. Para a Pragmática, entretanto, o sujeito é agente do circuito da interação social, em situação concreta de comunicação.

Ao considerar a linguagem a partir do uso que os interlocutores fazem tendo em vista a ação que exercem uns sobre os outros, a Pragmática fez com que aparecessem preocupações não registradas pela Linguística Estrutural. O sujeito da enunciação passou, assim, a ocupar um lugar de destaque na investigação de determinados fenômenos linguísticos. Veras (1996, p.96) assim se manifesta sobre o que comentamos aqui: “na Pragmática, o papel central estabelecido para a intersubjetividade vai recolocar em cena o sujeito enquanto intenção, autoridade, fonte de investigação, ao mesmo tempo que considera o sentido como construção do destinatário, do outro”.

Os estudos rotulados de pragmáticos, portanto, têm demonstrado esse enfoque atribuído à investigação de fenômenos que tomam a linguagem como interação, concebendo-a a partir de todas as implicações sociais do ato linguístico. A atividade linguística representa, pois, um momento completo,

criador e pluridimensional que se desdobra no conjunto de atos assumidos pelo falante. A propósito, Fonseca e Fonseca (1990) sublinham que, no uso e pelo uso da linguagem, o falante:

- ordena e clarifica o seu mundo interior e o mundo que o rodeia;
- institui, com referência a si mesmo, um campo de percepção onde situa os objetos, estabelecendo relações espaço-temporais, projectando o(s) seu(s) discurso(s) — e projectando-se a si mesmo com ele(s) — com referência ao hic e nunc;
- apropria a sua língua, preenchendo formas vazias, isto é, semantizando todas as entidades da língua e em particular as formas indiciais;
- estabelece relações interpessoais e intersubjectivas e adopta <juízos> sobre o seu interlocutor e pessoas não interlocutivas;
- assume o seu próprio discurso e avalia as situações nele (re)criadas, modalizando seus enunciados;
- constitui textos que revelarão integração e coerência. (FONSECA; FONSECA, 1990, p.95-6, grifos do autor)

Subjacente a essa ótica, reside a ideia de que a competência comunicativa é inerente à manifestação verbal e a todas as formas de comportamento, extrapolando o mero reconhecimento da frase pelo falante/ouvinte. Representa a capacidade que este falante/ouvinte tem de utilizar e reconhecer textos em situações concretas de comunicação, adequando-os ao contexto pretendido e articulando os elementos suprasegmentais e paralinguísticos necessários.

Paralelamente a essa discussão, o alvorecer não apenas de uma disciplina, mas de dimensão pragmática da linguagem, possibilitou o avanço dos estudos acerca da língua falada e escrita, revelando uma atitude menos dogmática e dicotômica dos linguistas em relação a essas modalidades.

No que tange ao ensino-aprendizagem de língua materna, a Pragmática trouxe significativas contribuições, à medida que suscitou a reflexão de um ensino pautado na competência comunicativa dos leitores e produtores de textos, colocou em segundo plano o ensino centrado na gramática da frase. Trocando em miúdos, começou-se a entender que o estudo da frase pela frase recobria o exame de fenômenos que estavam intimamente ligados a uma situação de enunciação e não revelavam a atividade global e complexa que é a linguagem. A partir de então, surgiram, dentre outros, questionamentos em torno do papel de professores e alunos no contexto de sala de aula. Some-se a isso a possibilidade de incursão de textos orais em sala de aula e não somente textos escritos, como antes se preconizava.

Bom, poderíamos estender um pouco mais essa discussão, mas entendemos termos apresentado a área, sim? Estamos chegando ao final da conversa, mas tenha certeza de que trataremos com mais atenção e de modo mais prático, nas aulas seguintes, alguns dos principais conceitos, problemáticas e pressupostos teóricos comentados há pouco.

CONCLUSÃO

“Uma terra de ninguém”, “um terreno baldio”, eis as palavras de Rajagopalan (2002) para definir a forma como é vista, por muitos, a Pragmática. Como salienta o autor, depois de mais de meio século em que se começaram as primeiras discussões acerca do que seria esse campo de estudos linguísticos, ainda se pensa em Pragmática como o lugar reservado a análises menos rigorosas do que em outras áreas e, por extensão, pouco palpáveis e previsíveis.

Ora, se a Pragmática é “terra de ninguém”, nela se projetam os mais variados estudos, a ela relegam-se temáticas as mais diversas, mormente quando não seriam bem resolvidas à luz de outras abordagens. Há, sob essa perspectiva, no mínimo, a ideia de que a Pragmática é lembrada por pesquisadores de outras áreas da Linguística, para fortalecer ou mesmo para justificar o perfil de seus objetos de investigação alicerçados no real funcionamento da linguagem. Logo, coube à Pragmática sepultar muitas das teorias imanentes que perpassavam o pensamento linguístico do século passado e hoje podemos falar de muitas diretrizes pragmáticas.

O investimento nessas diretrizes tem originado uma considerável quantidade de trabalhos acadêmicos, de estudos que conferem a esse campo do conhecimento linguístico um “lugar ao sol”. Os frutos desses trabalhos seguramente ratificam a ideia de que a Pragmática representa um campo heterogêneo, mas um ‘heterogêneo’ que se mostra acima de quaisquer tentativas jocosas de entendimento. A Pragmática veio para ficar, para mostrar que é no uso e pelo uso da linguagem que a Linguística há de encontrar respostas fecundas para as mais diversas inquietações que outrora se pensava responder a partir de análise de frases feitas, passíveis ou não de realização.

RESUMO

Nesta aula, delineamos um quadro geral e gradual do campo disciplinar da Pragmática, destacando alguns dos principais marcos e teóricos, seu surgimento, seus conceitos, impactos e contribuições. De praxe, chamamos a atenção para a história da disciplina, apontando as pesquisas gregas sobre Retórica como as primeiras reflexões de natureza pragmática, apesar de o termo ‘pragmática’ ter sido usado inicialmente por Peirce (e divulgado por Morris) apenas no século XX. Mostramos que esses autores, ao tratarem do estudo da Semiótica, consideraram três níveis de análise: o sintático, o semântico e o pragmático. A propósito dessa consideração, empreendemos uma discussão em torno da ‘definição’ de ‘pragmática’ e então trouxemos a posição de autores como Dascal, Levinson, Parret e Pinto. Reforçamos a ideia de que uma investigação pragmática se volta para o estudo do uso linguístico e, por isso, dá importância a noções como as de ato, contexto



e desempenho. Insistimos, também, na tese de que, para essa perspectiva, o ato de fala é um ato de presença (intencional) do falante e, igualmente, na multiplicidade de temas e diretrizes que lhes são subjacentes. Assim, aludimos à classificação de Pinto (2001), segundo a qual há três correntes pragmáticas: o pragmatismo americano, a teoria dos atos de fala e os estudos da comunicação; aos tipos de contexto (co-texto, existencial, situacional e psicológico), tratados por Parret (1988), que determinam uma abordagem pragmática; aos caminhos que, com base em Guimarães (1983), a Pragmática tem assumido: 1) uma Pragmática Indicial; 2) a perspectiva de Morris; 3) uma vertente centrada no papel do usuário com o interlocutor, que se subdivide em três ramos – a Pragmática Conversacional, a Pragmática Illocucional e a Semântica da Enunciação. Na sequência, endossamos que a Pragmática fez surgir preocupações não registradas pela Linguística da Frase, na medida em que passou a considerar o sujeito da enunciação nos seus estudos, a linguagem como interação e a atividade linguística como criadora e complexa. Por fim, falamos na vivacidade do conceito de ‘competência comunicativa’ e nos avanços que a Pragmática propiciou aos estudos sobre língua falada e escrita, suscitando debates sobre a produção e a recepção textuais, sobre a centralidade de um ensino pautado na repetição de regras gramatigueiras e sobre o papel do professor e do aluno no contexto de sala de aula, entre outros.

ATIVIDADES

Você achou que ia escapar de exercício? Ih, enganou-se. De todo modo, como temos muita história nesta aula, pensamos numa atividade que vai servir como uma bela revisão. Vai adivinhando...

1. Releia todo o texto, liste as principais ideias de cada seção e parágrafo, depois, enumere-as de modo a extrair as que considera mais importantes e, por fim, elabore um organograma sobre todo o conteúdo tratado. Viu? Bem fácil, não é? Como a resposta é muito pessoal, registramos abaixo apenas um possível modelo com uma síntese da história e evolução da Linguística.





PENSANDO BEM

- O que fazemos quando falamos?
- O que dizemos quando falamos?
- Por que perguntamos ao nosso vizinho de mesa se ele pode nos passar o sal, quanto é flagrante e manifesto que ele pode?
- Quem fala e com quem se fala?
- Quem fala e a quem fala?
- Quem você acha que sou para falar desse modo?
- O que precisamos saber para que uma ou outra frase deixe de ser ambígua?
- O que é uma promessa?
- Como alguém pode dizer uma coisa completamente diferente daquilo que queria dizer?
- Podemos confiar no sentido literal de uma frase?
- Quais são os usos da linguagem?
- Em que medida a realidade humana é determinada por sua capacidade de linguagem?

Sem dúvida, as provocações acima (destacadas por Armengaud, 2006) nos levam a refletir sobre o papel e/ou utilidade que a linguagem tem para nós, não é mesmo? Muito mais que isso, elas nos fazem enxergar o como ‘somos linguagem’, enquanto seres astuciosos, que agem conforme as mais diversas situações de comunicação.

Como assim, agir? Agimos porque falamos e não falamos à toa (mesmo quando afirmamos isso!), temos intenções e estamos a toda a hora querendo fazer com o que o outro compartilhe delas, certo? Para isso, usamos e abusamos (no bom e no mau sentido) da linguagem. Mas esse uso não fica assim esquecido, não, viu! Bem grosseiramente falando, a ciência que o uso toma como fio de análise é a Pragmática. Então, vamos descobrir um pouco mais sobre esse universo?! Que tal começar a leitura da aula?! Sucesso!

CHARLES SANDERS PEIRCE



(Cambridge, 10 de setembro de 1839 – 19 de abril de 1914, Milford) foi um filósofo, cientista e matemático americano.

Era filho de Benjamim Peirce, na época um dos mais importantes matemáticos de Harvard. Charles Sanders Peirce licenciou-se em ciências e doutorou-se em Química em Harvard. Ensinou filosofia nesta universidade e na Universidade de John Hopkins. Foi o fundador do Pragmatismo e da ciência dos signos, a semiótica. Antecipou muitas das problemáticas do Círculo de Viena.

Além dos títulos descritos, Peirce também era matemático, físico e astrônomo. Dentro das ciências culturais estudou particularmente Linguística, Filologia e História, com contribuições também na área da Psicologia Experimental. Estudou praticamente todos os tipos de ciência em sua época, sendo também conhecedor de mais de dez idiomas.

As áreas pelas quais é mais conhecido, e às quais dedicou grande parte de sua vida e estudos, são a Lógica e Filosofia. Propôs aplicar nesta última os métodos de observação, hipóteses e experimentação a fim de aproximá-la mais das características de ciência.

Peirce concebia a Lógica dentro do campo do que ele chamava de teoria geral dos signos, ou Semiótica. Os últimos 30 anos de sua vida foram dedicados a estudos acerca da Semiótica, para Peirce um sistema de lógica. Produziu cerca de 80.000 manuscritos durante a vida, sendo que 12.000 páginas foram publicadas.

A Semiótica Peirciana pode ser considerada uma Filosofia Científica da Linguagem. A Fenomenologia é a ciência que permeia a semiótica de Peirce, e deve ser entendida nesse contexto. Para Peirce, a Fenomenologia é a descrição e análise das experiências do homem, em todos os momentos da vida. Nesse sentido, o fenômeno é tudo aquilo que é percebido pelo homem, seja real ou não.

Seus estudos levaram ao que ele chamou de Categorias do Pensamento e da Natureza, ou Categorias Universais do Signo. São elas a Primeiridade, que corresponde ao acaso, ou o fenômeno no seu estado puro que se apresenta à consciência, a Secundidade, corresponde à ação e reação, é o conflito da consciência com o fenômeno, buscando entendê-lo. Por último a Terceiridade, ou o processo, a mediação. É a interpretação e generalização dos fenômenos.

(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Sanders_Peirce
Acesso em 22 de novembro de 2010).



PRÓXIMA AULA

Que faremos na aula seguinte, hein? Bem, ainda teremos um pouco de história, mas, para não cansar muito você, a apresentação do assunto – Teorias acionais da linguagem – contará com a inserção de exemplos próximos do cotidiano.



AUTOAVALIAÇÃO

Lápis (grafite ou de tinta), papel e borracha na mão, use essa combinação para descobrir como anda seu conhecimento geral sobre a ciência do uso linguístico. Como assim? Ora, respondendo aos questionamentos a seguir:

a) Você sabe citar ao menos quatro dos principais referenciais e marcos teóricos relativos à Pragmática?

() Sim () Não () Só lendo de novo a aula () Isso não ficou claro

Se não consegue citar quatro, quantos você pode listar?

() 3 () 2 () 1 () 0 () Preciso sanar algumas dúvidas

a) Quanto à conceituação e posição da Pragmática no rol dos estudos linguísticos, seu aproveitamento pode ser expresso em que nível da escala abaixo?

100%	90%	80%	70%	60%	50%	40%	30%	20%	10%

b) No que diz respeito ao reconhecimento das contribuições e do impacto que essa disciplina teve (e tem) para os estudos linguísticos, você considera que teve um bom aproveitamento da aula?

() Sim, plenamente 😊 Não () 😞 () Preciso só de uma 🙋

REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. (tradução de Márcio Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Na ponta da língua; v. 8). pp. 09-20.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- DASCAL, Marcelo (org.). Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguística. In: **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol. IV: Pragmática. Campinas, SP: 1982.
- FONSECA, Joaquim; FONSECA, Fernanda Irene. **Pragmática linguística e ensino do português**. Coimbra: Almeida Livraria, 1990.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sobre os caminhos da pragmática. In: **Sobre pragmática**. Revista das Faculdades Integradas de Uberaba-FIUBE. Série Estudos, v. 9, 1983.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: **The logic of Grammar**. (ed Donald Davidson e Gilbert Harman), 1975, pp. 41-58.
- LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. (Tradução de Marina Appenzeller. Revisão da tradução: Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORRIS, Charles. Foundations of the theory of signs. In: International Encyclopedia of Unified Science (ed. Otto Neurath, vol. I, n° 2). Chicago: University of Chicago Press, 1938.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PEIRCE, C. **Prolegomena to an apology for pragmaticism**. *Monist*, 1978.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V.2 . São Paulo: Cortez, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre a especificidade da pesquisa no campo da pragmática. In: **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas-SP: IEL/ UNICAMP, 2002. pp. 89-97.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 17 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

VERAS, Viviane. Our word is our bond: o compromisso de Austin. In: RAJAGOPALAN, Kanavillie (Org.) **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. pp 93-97.